

CONTRATO CEDAE N.º 019 /18 (DF)
que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE
ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **SOMAR RIO
DISTRIBUIDORA LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista sediada na Av. Presidente Vargas, n. 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus representantes legais ao final assinados, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Presidente, e Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, doravante denominada **CEDAE**, e a **SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA**, com sede na Rua Marechal Deodoro, n.º 181 - loja B, Centro, Niterói/RJ, CEP. 24.030-060, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.589.619/0001-49, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por meio de sua sócia administradora, Sr.ª EVELYN MARQUES DE SOUZA, cédula de identidade 24.133.755-9 (DETRAN-RJ), inscrita sob CPF n.º 140.168.227-85, residente e domiciliada na Rua Padre Augusto Lamego, 85, Centro, Niterói - RJ, CEP: 24.030-340, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no **processo administrativo n.º E-07/100.117/2017**, mediante **Pregão Eletrônico n.º 352/2017**, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual n.º 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal n.º 8.883/94 e da Lei Federal n.º 9.648/98, pela Lei Estadual n.º 287, de 04/19/79, Decreto Estadual n.º 3.149/80, Lei Complementar n.º 123/2006 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de **"AQUISIÇÃO DE 21.000 RESMAS DE PAPEL SULFITE APERGAMINHADO BRANCO NO FORMATO (210X297 mm)"**, consoante termo de referência, anexo II ao Edital.

Item	Nomenclatura	Unidade	Marca/ Referência	Quantidade
01	PAPEL SULFITE APERGAMINHADO BRANCO NO FORMATO A4 (210 X 297 mm).	PCT	CHAMEX/ SOLUTION	21.000

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta dias)**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 352/2017** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2200022016
Fonte de Recursos: 10
Código Orçamentário: 33903005
Conta Contábil: 411110201
Centro de Custos: DP22020000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000286.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 364.980,00 (trezentos e sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta reais)**.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE (PCT)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	PAPEL SULFITE APERGAMINHADO BRANCO NO FORMATO (210X297 mm).	21.000	17,38	364.980,00

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CEDAE deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 364.980,00 (trezentos e sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta reais)**, em de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e

ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas “a”, “c” e “d”, do art. 2º da Resolução SER 047/2003, e mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: “Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13/05/2005. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)”.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo

oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: GARANTIAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Como garantia do Contrato e da boa execução do objeto e para cobertura de eventuais débitos, a CONTRATADA apresentou carta de fiança firmada com BANCO NEON, datada de 07/02/2018, avalizando a importância de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, de acordo com o Art. 56 (cinquenta e seis) da Lei 8.666/93, cujo comprovante está anexo às folhas 571.



PARÁGRAFO SEGUNDO: Sempre que se fizer necessário, a CONTRATADA deverá providenciar o reforço da garantia, mantendo assim a relação de 1% (um por cento) entre o valor da Garantia Contratual e o valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A liberação da garantia de que tratam os itens anteriores desta Cláusula ficará condicionada à autorização, por parte da CEDAE, depois de apurado administrativamente o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA e após o cumprimento total do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da CEDAE, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

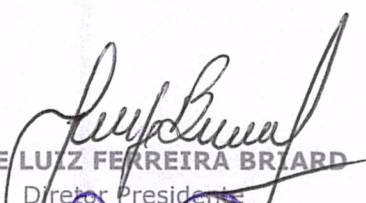
CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

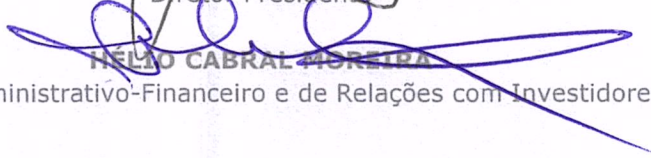
Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

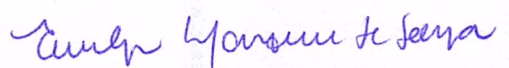
Rio de Janeiro, 21 de FEVEREIRO de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


EVELYN MARQUES DE SOUZA
Sócia Administradora

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref Contr- SOMAR RIO- aquisição-PAPEL SULFITE-PE-352-2017

FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DESPACHOS DO PRESIDENTE DE 08/02/2018

PROCESSO Nº E-26/011/146/2017 - Considerando os elementos constantes dos autos, em especial o pronunciamento da Auditoria Interna às fls. 72-74; **OPINIO** pela regular aplicação dos recursos aplicados pela Executante, o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ, objeto das Portarias Conjuntas CECIERJ/PRODERJ nºs 309, de 09/03/2015 e 332, de 15/09/2015.

PROCESSO Nº E-21/089/85/2017 - Considerando os elementos constantes dos autos, em especial o pronunciamento da Auditoria Interna às fls. 148-150; **OPINIO** pela regular aplicação dos recursos aplicados pela Executante, a Fundação Santa Cabrini, objeto da Portaria Conjunta CECIERJ/JFSC nº 379, de 24/10/2016.

Id: 2088678

FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DESPACHO DO PRESIDENTE DE 26/02/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-26/004/509/2016 - CIENTIFICA à Diretoria Geral de Administração e Finanças e o Departamento de Recursos Humanos, acerca do Relatório Final elaborado pela Comissão de Sindicância - fls. 61/64 e de sua complementação - fls. 94 e fls. 121-122, bem como dos Pareceres Jurídicos DIFSS nº 09/2017 - fls. 68-77, complementado pela Assessoria Jurídica-Chefe da ASS-JUR/CECERJ às fls. 78-90, Parecer ASSJUR/CECERJ/IPAA nº 05/2018 às fls. 97-107 e Parecer ASSJUR/CECERJ/IPAA nº 05/2018 às fls. 124-133, referentes ao objeto do Processo Administrativo nº E-26/04500/2016, ARQUIVA os autos tendo por base a aplicabilidade do art. 21, § 2º do Decreto nº 7.526/84.

Id: 2088216

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
DESPACHO DO PRESIDENTE DE 26.02.2018

PROCESSO Nº E-26/005/94/2016 - MARIA DE FÁTIMA ORNELAS CORREA, matrícula nº 000248.477-2 - DESAVERBAR, a pedido da servidora, o período de 15.03.1982 a 24.01.1984, no total de 675 (seiscentos e setenta e cinco) dias de efetivo exercício prestado em atividades vinculadas ao REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Id: 2088325

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ATO DO PRESIDENTE E DO REITOR
PORTARIA CONJUNTA FAPERJ/UERJ Nº 252 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAPERJ e REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO - UERJ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Estadual nº 7.844, de 10 de janeiro de 2018, que estima Receita fixa a Despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018, o Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a programação orçamentária do Poder Executivo para exercício de 2018, o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários e a Instrução Normativa AGE Nº 24, de setembro de 2013, que estabelece normas de organização e apresentação das prestações de contas de Descentralização de Créditos Orçamentários e o que consta do Processo nº E-26/003.034/2018,

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Realização dos Programas de: Incentivo à Produção Científica e Tecnológica da UERJ - PROCIENCIA; Apoio Técnico às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da UERJ - PROATEC; e Apoio à Pesquisa e Docência da UERJ - PAPD

II - VIGÊNCIA: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018

III - DE/CONCEDENTE: UO 4041 - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ

IV - PARA/EXECUTORA: UO 4043 - Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

UG 4043 00 - Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

V - CRÉDITO

PT 4041.12.364.0126.2153 - Fomento para Estudos e Pesquisas da UERJ

MA 3390 Fonte 100 Valor: R\$ 37.406.820,00

VI - A emissão da respectiva Nota de Crédito no SIAFE RIO ficará condicionada a existência de dotação orçamentária disponível no programa de trabalho, modalidade de aplicação e fonte, acima referidas.

Art. 2º - O executante se obriga a cumprir integralmente o que orienta o art. 10, do Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010 e o artigo 3º e 4º, da Instrução Normativa AGE Nº 24, de 10 de setembro de 2013, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do término da vigência desta Portaria, bem como apresentar à concedente cópia, junto com a Prestação de Contas.

Parágrafo Único - Fica vedada a emissão de novas notas de crédito no SIAFE RIO em favor do executante sem o adimplemento da obrigação constante do caput deste artigo

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2018.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2018

RICARDO VIEIRALVES DE CASTRO

Presidente da FAPERJ

RUY GARCIA MARQUES

Reitor da UERJ

Id: 2086113

Secretaria de Estado de Transportes
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIAIS
DESPACHOS DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DE 23.02.2018

PROCESSOS NºS E-10/005/12283/2017 e E-10/005/13890/2017 - INDEFIRO, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

PROCESSOS NºS E-10/005/12001/2018, E-10/005/809/2018, E-10/005/1034/2018, E-10/005/1363/2018, E-10/005/1691/2018, E-10/005/1725/2018, E-10/005/1755/2018, E-10/005/1841/2017, E-10/005/1995/2018, E-10/005/2036/2018, E-10/005/2117/2018, E-10/005/2146/2018, E-10/005/2147/2018 e E-10/005/2148/2018 - AUTORIZO os parcelamentos de débito.

DE 26.02.2018

PROC. Nº E-10/005/3752/2017 - DETERMINO o cancelamento do registro RJ-451 conferido à empresa HUMAITÁ TURISMO LTDA. - ME.

para operação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento, e, consequentemente, a baixa dos veículos nesta Autarquia.

Id: 2088353

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIAIS
DESPACHOS DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DE 26.02.2018

PROC. Nº E-10/005/13031/2017 - Nos termos da promoção da Assessoria Jurídica, pelo não conhecimento do recurso, tendo em vista a intempestividade.

PROCESSOS NºS E-10/005/13894/2017, E-10/005/14044/2017, E-10/005/14045/2017, E-10/005/14596/2017, E-10/005/14597/2017, E-10/005/14598/2017, E-10/005/14600/2017, E-10/005/14601/2017, E-10/005/14602/2017, E-10/005/14603/2017, E-10/005/14604/2017, E-10/005/14605/2017, E-10/005/14606/2017, E-10/005/14607/2017 e E-10/005/14608/2017 - INDEFIRO, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

Id: 2088745

Secretaria de Estado do Ambiente
DESPACHOS DO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DE 21/02/2018

PROC. Nº E-07/001/034/2018 - Com base no art. 1º inciso II, do Decreto nº 41.305, de 14/05/2008, CONCEDO o pagamento relativo ao Auxílio Funeral, pelo falecimento do ex-servidor JACIYDE JOSE DE MIRANDA, Id.Funcional nº 4103432, em favor da requerente Selma Miranda de Oliveira.

PROC. Nº E-07/001/024/2018 - Com base no art. 1º inciso II, do Decreto nº 41.305, de 14/05/2008, CONCEDO o pagamento relativo ao Auxílio Funeral, pelo falecimento do ex-servidor TITO LUIZ DE ARAUJO FILHO, Id.Funcional nº 9372253, em favor da requerente Gisele Macedo de Araújo.

Id: 2088623

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
ATO DO PRESIDENTE E DO DIRETOR-GERAL INTERINO
PORTARIA CONJUNTA INEAD/GAF/SEA Nº 195 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018
DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA e O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS INTERINO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, no exercício de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 7.844, de 10 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018, o Decreto nº 46.230 de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira e Estabelece Normas para a Execução Orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2018 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução Orçamentária,

RESOLVEM:

Art.1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Atender as necessidades operacionais da CICCIA durante o corrente exercício.

II - VIGÊNCIA: início: data da publicação desta portaria e término: 31/12/2018.

III - DE/Concedente: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

UO - 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

UG - 2432.00 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

IV - PARA/Executante: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.

UO - 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.

UG - 2401.00 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.

V - CRÉDITO

PT 2432.181220002.2016 - Manutenção Atividades Operações Administrativas

Natureza da Despesa Fonte Valor

3390 218 30.000,00

Art. 2º - A prestação de contas dos recursos descentralizados, nos termos do Decreto nº 42.436/2010, deverá ser acompanhada de parecer elaborado pela Assessoria de Controle Interno do Órgão Executante, opinando quanto à regularidade da despesa, observando, no que couber, as disposições contidas na Instrução Normativa AGE/SEFAZ nº 04, de 23/07/2008.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA

Presidente do INEA

LINCOLN MURCIA

Diretor-Geral de Administração e Finanças - Interino

Id: 2086748

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DESPACHOS DO PRESIDENTE DE 26.02.2018

PROCESSO Nº E-07/002/631/2018 - RATIFICO a inexistibilidade de licitação, em conformidade com o artigo 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em favor de **ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA**, com vistas à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto no exercício de 2018, no valor global de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nos termos da autorização do Coordenador Executivo e de Planejamento, autoridade ordenadora de despesas.

PROCESSO Nº E-07/002/616/2018 - RATIFICO a dispensa de licitação, em conformidade com o artigo 24, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, em favor de **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CACHOEIRAS-TABRAI LTDA - CERCI**, com vistas à prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, no exercício de 2018, no valor global de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), nos termos da autorização do Coordenador Executivo e de Planejamento, autoridade ordenadora de despesas.

Id: 2088749

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 26/01/2018

DESIGNA LUIZ ANDRÉ BASTOS DIAS, Contador B, como Presidente, **WALDETE DO COITO**, Agente Administrativo E, **NATALIA MESQUITA BRAGA**, Economista B, como membros titulares e **CAMILA QUEIROZ**, Contadora A, como membro suplente, Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, **JANE BATISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE 21.000 RESMAS DE PAPEL SULFITE APERGAMINHADO BRANCO NO FORMATO A4 (210x297mm), o que trata o Processo nº E-07/100.117/2017, Ordem de Serviço "E" nº 14.995/2018.

Id: 2088541

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 17/01/2018

DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento H, como Presidente, os Técnicos de Laboratório II **WELLIS RODRIGO**

DA SILVA COSTA, LEANDRO COUTO ROSA e JOÃO RICARDO CONSTANÇO, ANA CLAUDIA FERREIRA RIBEIRO DA LUZ CRUZ, Analista de Qualidade B, PAULO GOMES DO COITO, Agente de Saneamento I, FABIO CORIOLANO SILVEIRA, Engenheiro B, LEOPOLDO MANHAES GAMA FILHO, Técnico de Saneamento II e RODRIGO FABIANO DE LIRA, Ajudante de Saneamento, como membros titulares e **WAGNER ALVES VEIGA**, Técnico de Saneamento II, como membro suplente, Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II e **JANE BATISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE HIDROXÍDEO DE SÓDIO, o que trata o Processo nº E-07/100.249/2017, Ordem de Serviço "E" nº 14.986/2018.

Id: 2088542

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 22/02/2018

PROCESSO Nº E-17/100.664/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor total de R\$ 92.152,32 (noventa e dois mil cento e cinquenta e dois reais trinta e dois centavos), em favor da **DANNEMANN E SIEMSEN ADVOGADOS**, referente ao "PAGAMENTO DAS FATURAS DE SETEMBRO DE 2016, BEM COMO DIFERENÇA NA LIQUIDAÇÃO DEBENDADA DA INCLUSÃO DE 338 (TREZENTOS E TRINTA E OITO) PROCESSOS QUE INGRESSARAM NO MÊS DE SETEMBRO DE 2016 E NÃO FORAM COBRADOS, CONFORME CÓPIAS DAS NOTAS FISCAIS Nºs 76167, 76168, 76169 E 76170, OBJETO DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE TRÂMITE NOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATÉ O FINAL DA EXECUÇÃO, EM AÇÕES PRINCIPAIS, ACESÓRIAS, PREVENTIVAS OU INCIDENTAIS, BEM COMO DE OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS QUE EVENTUALMENTE VENHAM A SER PROPOSTAS EM FACE DESTA CÍVIL, DENTRO DO PERÍODO DA CONTRATAÇÃO".

Id: 2088543

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 22/01/2018

"PROCESSO Nº E-17/100.034/2017 - Em conformidade com a Inexistibilidade de Licitação - DL nº 009/2017 (DP), baseada no inciso XXII do Artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, Autorizo a Despesa no valor R\$ 258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais), em favor da **LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**, referente ao "FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS UNIDADES GUANDU E LAMEIRÃO, NA ÁREA DE DISTRIBUIÇÃO DESTA CONCESSIONÁRIA", para o exercício de 2018.

*Omitido no D.O. de 23/01/2018.

Id: 2088559

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 15/02/2018

"PROCESSO Nº E-17/100.036/2017 - Em conformidade com a Inexistibilidade de Licitação - DL nº 009/2017 (DP), baseada no inciso XXII do Artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, Autorizo a Despesa no valor R\$ 55.877.697,97 (cinquenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e sete mil seiscentos e noventa e sete reais e nove centavos), em favor da **AMPLA - ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**, para o "FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM INSTALAÇÕES DA CEDAE - IMUNANA-LARANJAL, ÁREAS DE DISTRIBUIÇÃO DESTA CONCESSIONÁRIA", para o exercício de 2018.

*Omitido no D.O. de 16/02/2018.

Id: 2088560

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE DE QUALIDADE DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS INDUSTRIALIZADOS
DESPACHOS DO COORDENADOR DE 23.02.2018

PROCESSO Nº E-02/007/003110/2017 - ITALATE - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIOS EIRELI - AUTORIZO o registro do produto listado à fls. 08.

PROCESSO Nº E-02/007/001939/2017 - ITALATE - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIOS EIRELI ME - AUTORIZO o registro do estabelecimento classificado como Fábrica de Laticínios, na Coordenadoria de Controle de Qualidade de Produtos Agropecuários Industrializados da Superintendência de Defesa Agropecuária.

Id: 2088601

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DESPACHOS DA DIRETORA-PRESIDENTE DE 26.02.2018

PROCESSO Nº E-02/002/022/2018 - RATIFICO a Inexistibilidade de Licitação, em conformidade com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Parecer da Duta Assessoria Jurídica, no valor total de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), a favor da **IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, referente à prestação de serviços de caráter contínuo com o Diário Oficial do RJ, com Publicações Oficiais da EMATER-RIO, no exercício de 2018, nos termos da autorização da Sra. Diretora de Administração e Finanças, autoridade ordenadora de despesas.

PROCESSO Nº E-02/002/007/2018 - RATIFICO a Inexistibilidade de Licitação, em conformidade com o artigo 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93 nos termos do Parecer da Duta Assessoria Jurídica no valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a favor da **CONCESSIONÁRIA FIAZ ÁGUA 5**, referente à contratação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto, para atender ao Escritório Local de Campo Grande da EMATER-RIO, no exercício de 2018, nos termos da autorização da Sra. Diretora de Administração e Finanças, autoridade ordenadora de despesas.

PROCESSO Nº E-02/002/008/2018 - RATIFICO a Inexistibilidade de Licitação, em conformidade com o artigo 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do parecer da Duta Assessoria Jurídica, no valor total de R\$ 800,00 (seiscentos reais), a favor da **CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS**, referente à contratação de serviços de fornecimento de água, para atender a unidade local da EMATER-RIO no Município de Resende, no exercício de 2018, nos termos da autorização da Sra. Diretora de Administração e Finanças, autoridade ordenadora de despesas.

Id: 2088744

Secretaria de Estado de Cultura
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
ATOS DO PRESIDENTE
PORTARIA FTM/RJ Nº 305 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

INVEST, EM CARÁTER PERMANENTE, A SERVIDORA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO APROVADA NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - FTM/RJ, no uso de suas atribuições legais, face ao disposto no inciso XVII do artigo 9º do Decreto nº 13.392, de 21 de agosto de 1989, e

color. Dilcelane Mendes Paganini, designada no D.O. de 03/08/1998, página 9, 3ª coluna; Dirceu Fábio de Barros Pereira, designado no D.O. de 22/02/2017, página 14, 2ª coluna. Servidores que autorizaram a publicação: Sussy Grossman, ID nº 4326448-4 e Eliane Branco Lúgão Belo, ID nº 574135-1.

RETIFICAÇÕES
D.O. DE 15/07/2009
PÁGINA 43 - 3ª COLUNA

EDITAL

CURSO: ENSINO MÉDIO
TURMA: 3006 - ANO: 2008
Onde se lê: 07- Andréa de Melo Lima
Leia-se: 07- Andréa de Melo Lima

D.O. DE 07/12/2010
PÁGINA 24 - 3ª COLUNA

EDITAL

CURSO: ENSINO MÉDIO
TURMA: 3014 - ANO: 2009
Onde se lê: 19- Paulo Henrique de Araújo Ferreira
Leia-se: 19- Paulo Henrique de Araújo Ferreira

D.O. DE 15/04/2015
PÁGINA 40 - 1ª COLUNA

EDITAL

CURSO: ENSINO MÉDIO
TURMA: 3015 - ANO: 2010
Onde se lê: 01- Bruno Nascimento Antolanti
Leia-se: 01- Bruno Nascimento Antolanti

SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA COORDENAÇÃO REGIONAL DE INSPEÇÃO ESCOLAR METROPOLITANA V

COLEGIO ESTADUAL AGOSTINHO PORTO

EDITAL

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL AGOSTINHO PORTO, sito na Rua Bernardino snº, Agostinho Porto, Município de São João de Meriti, Censo Escolar nº 33093156, nos termos da Resolução SEEDUC nº 5469/2016, torna público a seguinte relação nominal de concluintes do CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, autorizada pelo Decreto nº 43.723/2012, no ANO LETIVO DE 2017, Turma NEJA - IV(12)º Semestre: Alessandro Gonzaga Tomé, Matrícula 201618060552161; Altamir dos Anjos Denezi, Matrícula 201618060556157; Ana Paula Silva Chagas, Matrícula 201218060545708; Beatriz Fernandes da Silva, Matrícula 201518030472749; Caroline da Silva Lima, Matrícula 200918030186509; Denner Lima Ferreira da Silva, Matrícula 201618060522171; Edson Carlos Ferreira Dias da Costa, Matrícula 200918060116931; Emerson Luiz Coelho da Silva, Matrícula 201018060325734; Evelyn do Rêgo Zaccaroni, Matrícula 201018050132224; Gilberto Silva dos Santos Junior, Matrícula 201418060469138; Igor Fabiano Caldas Gonçalves, Matrícula 201618060543883; Jessica Cristina dos Santos Martins, Matrícula 201618060553212; Marlon Marins da Silva Dias, Matrícula 201418192558633; Marlon da Conceição Furtado da Silva Alves, Matrícula 201019999007011; Pamela Ferreira de Oliveira, Matrícula 201618060553484; Priscila da Silva França, Matrícula 201618060586620; Rafael da Silva Breda, Matrícula 200918140053171; Rebecca Salmay Roberto de Souza, Matrícula 20141806050872; Reginaldo Martins Diniz, Matrícula 201618060542016; Rosimar Lopes Patricio, Matrícula 201718060554910; Stefany Albino de Oliveira, Matrícula 201618060530271; Suelen de Vasconcelos Brazil, Matrícula 201618060534773; Sulamita Leandro de Lima dos Santos, Matrícula 201099990131241; Tallane Rosa dos Santos, Matrícula 200918060123343; Wallace Jeronimo Pessanha Batista, Matrícula 20140810604604; Wander Pinto Saldanha, Matrícula 201318060423336; Wendy Ferreira de Souza, Matrícula 201618060542288. Secretária Escolar: Lusileide Vieira de Lima, designada no D.O. de 11/03/2011, página 19, 1ª coluna. Diretor: Jorge Rodrigues da Silva, designado no D.O. de 20/09/2010, página 15, 1ª coluna. Servidores que autorizaram a publicação: Joyce de Deus Sacramento, ID nº 4326889-8 e Simone Batista de Oliveira de Souza, ID nº 3634468-0.

Id: 2088314

Secretaria de Estado de Transportes

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

AVISOS

Fica notificada a empresa NIVALDO RODRIGUES COSTA - NOVA LOGÍSTICA E TRANSPORTE EPP, para no prazo máximo de 10 (dez) dias, comparecer à Assessoria Jurídica do DETRO/RJ, sito à Rua Uruguiana, nº 118 - 11º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, para tomar ciência e apresentar defesa por escrito no Processo nº E-10/0057873/2017, que tem por objeto a aplicação da pena de suspensão por 30 dias e que decorrido o prazo sem o cumprimento das obrigações nos termos do Decreto nº 3.893/81, por descumprimento do art. 49 e suas alterações, será cancelado o registro.

Fica notificada a empresa VIAÇÃO SANTA LUZIA LTDA, para no prazo máximo de 10 (dez) dias, comparecer à Assessoria Jurídica do DETRO/RJ, sito à Rua Uruguiana, nº 118 - 11º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, para tomar ciência e apresentar defesa por escrito no Processo nº E-10/0057424/2017, que tem por objeto a aplicação da pena de suspensão por 30 dias e que decorrido o prazo sem o cumprimento das obrigações nos termos do Decreto nº 3.893/81, por descumprimento do art. 49 e suas alterações, será cancelado o registro.

Fica notificada a empresa VIAÇÃO BARRA DO PIRAL LTDA, para no prazo máximo de 10 (dez) dias, comparecer à Assessoria Jurídica do DETRO/RJ, sito à Rua Uruguiana, nº 118 - 11º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, para tomar ciência e apresentar defesa por escrito no Processo nº E-10/0057873/2017, que tem por objeto a aplicação da pena de suspensão por 30 dias e que decorrido o prazo sem o cumprimento das obrigações nos termos do Decreto nº 3.893/81, por descumprimento do art. 49 e suas alterações, será cancelado o registro.

Fica notificada a empresa TREL - TRANSTURISMO REI LTDA, para no prazo máximo de 10 (dez) dias, comparecer à Assessoria Jurídica do DETRO/RJ, sito à Rua Uruguiana, nº 118 - 11º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, para tomar ciência e apresentar defesa por escrito no Processo nº E-10/0057873/2017, que tem por objeto a aplicação da pena de suspensão por 30 dias e que decorrido o prazo sem o cumprimento das obrigações nos termos do Decreto nº 3.893/81, por descumprimento do art. 49 e suas alterações, será cancelado o registro.

Id: 2088756

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EDITAL

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei nº 3.467, de 14/09/2000, torna público que em 31/01/2018, emitiu a notificação nº SUPMANOT/01089265 à Automac Macaé Veículos Ltda informando que o procedimento administrativo

nº E-07/002.965/2016, referente a Certidão Ambiental de Uso Insignificante, foi indeferido e está sendo arquivado conforme informações constantes no processo. Processo nº E-07/002.965/2016.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Automac Macaé Veículos LTDA. CNPJ/CPF Nº: 35.779.529/0003-00. ENDEREÇO: Avenida dos Bandeirantes Nº 11.178, Recreio - Município Rio Das Ostras.

O requerente ou seu representante legal poderá apresentar recurso ao Indeferimento junto ao INEA, no prazo de 15 dias a contar da data de ciência da presente notificação nos termos do art. 59 do Decreto Estadual nº 41.628/2009, à Rua Ponto Del Este, nº 187 - Cavaleiros, Macaé - RJ.

Id: 2088755

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE nº 017/2018 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA. OBJETO: "AQUISIÇÃO DE 21.000 RESMAS DE PAPEL SULFITE APERGAMINHADO BRANCO NO FORMATO (210X297mm)". PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias. VALOR: R\$ 124.800,00 (cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 07/02/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.249/2017 (Pregão Eletrônico nº 357/2017).

Id: 2088546

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE nº 019/2018 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA. OBJETO: "AQUISIÇÃO DE 21.000 RESMAS DE PAPEL SULFITE APERGAMINHADO BRANCO NO FORMATO (210X297mm)". PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias. VALOR: R\$ 364.980,00 (trezentos e sessenta e quatro mil novecentos e oitenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 21/02/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.117/2017 (Pregão Eletrônico nº 352/2017).

Id: 2088547

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 04 ao Contrato CEDAE nº 004/2016 (DT). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a CONSTRUTORA MEDEIROS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA. OBJETO: Reajustamento dos preços contratados pelo período correspondente a 2ª anualidade, conforme auditados às fls. 3.569 a 3.571 do processo administrativo referencial. PRAZO: Sem alteração do prazo contratual. VALOR: R\$ 157.654,93 (cento e cinquenta e sete mil seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos), incidente sobre o período de 01/04/2017 a 23/03/2018. DATA DA ASSINATURA: 20/02/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.366/2014 (CN nº 005/2014).

Id: 2088593

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 05 ao Contrato CEDAE nº 101/2015 (DT). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a CONSTRUTORA ELEVAÇÃO LTDA. OBJETO: Reajustamento dos preços contratados pela 3ª anualidade. PRAZO: Sem alteração do prazo contratual. VALOR: 1.007.730,94 (um milhão, sete mil setecentos e trinta reais e noventa e quatro centavos). DATA DA ASSINATURA: 21/02/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-07/100.212/2017 (CN nº 009/2014).

Id: 2088544

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 030/2017 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a BALMAINAS QUÍMICA S/A. OBJETO: Alteração do CNPJ da matriz para filial. PRAZO: Sem alteração do prazo contratual. VALOR: Sem alteração de valor contratual. DATA DA ASSINATURA: 20/02/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.224/2016 (PE nº 005/2017).

Id: 2088545

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

Acordo de Empréstimo nº 8200-BR, Edital nº NCB 0001/2018, Data: 28 de Fevereiro de 2018

1. O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO recebeu o empréstimo do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (denominado "Banco"), em diversas moedas, no montante de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares) para o Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas - Rio Rural/FA, e pretende aplicar parte dos recursos em pagamentos decorrentes do contrato para Obras de Manutenção/Recuperação de Estradas Vicinais, incluindo a Locação de Máquinas para a Execução do Programa Estradas da Produção. A licitação está aberta a todos os Concorrentes oriundos de países elegíveis do Banco.

2. O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, doravante denominado Contratante, convida os interessados a se habilitarem e apresentarem propostas para Obras de Manutenção/Recuperação de Estradas Vicinais, incluindo a Locação de Máquinas para a Execução do Programa Estradas da Produção.

LOTE ÚNICO - REGIÕES NORTE, SERRANA, NOROESTE, METROPOLITANA, MÉDIO PARAIBA, BAIXADAS LITORÂNEAS, CENTRO-SUL E COSTA VERDE

Municípios de Campos dos Goytacazes, Carapicaba, Cardoso Moreira, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Bom Jardim, Cantagalo, Duas Barras, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, Patrópolis, Teresópolis, Trajano de Moraes, Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Itaiva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá, Varre-Sai, Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Magé, Paracambi, Rio Bonito, Rio de Janeiro, Seropédica, Barra do Piraí, Barra Mansa, Piraí, Quatis, Valença, Volta Redonda, Araruama, Cabo Frio, Saquarema, Silva Jardim, Paty do Alferes, Sapucaia, Vassouras e Mangaratiba

3. O Edital e cópias adicionais poderão ser adquiridos na Divisão de Suprimentos da SEAPPA, sito à Alameda São Boaventura nº 770 - Fonseca - Niterói, telefones para contato (21) 3601-5051 e 3601-6439, fax (21) 3607-5024, e-mail compras.seappa@gmail.com, por meio de solicitação por escrito e mediante o fornecimento de 01 resma de Papel A-4 75g e um tonner original da marca HP - referência CF283A por Edital ou gratuitamente no site da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento www.agricultura.rj.gov.br. Os interessados poderão obter maiores informações no mesmo endereço.

4. As propostas deverão ser entregues na Comissão de Acompanhamento de Aquisições e Contratações do Projeto Rio-Rural, sito à Alameda São Boaventura nº 770 - Fonseca - Niterói até às 10:00 horas do dia 30 de Março de 2018.

As propostas serão abertas às 10:30 horas do mesmo dia, na presença dos interessados que desejarem assistir à cerimônia de abertura.

5. O Concorrente poderá apresentar proposta individualmente ou como participante de um Consórcio.

Id: 2088596

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO torna público que será realizada a licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, abaixo especificada:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 0002/2018.

TIPO: Menor Preço Global por Item.

DATA: 12 de março de 2018, às 10:00 horas.

OBJETO: Aquisição de Material Permanente - Equipamentos de Informática.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Programa de Trabalho: 1301.2030400392.083 - Código de Despesa: 4490.52.18 - Fonte: 232 FUNDEAGRO.

PROCESSO Nº E-02/007421/2017.

A documentação completa estará à disposição dos interessados a partir de 28/02/18, no site www.compras.rj.gov.br (SIGA).

Id: 2088588

Secretaria de Estado de Cultura

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

"INSTRUMENTO: Contrato nº 011/2017. PARTES: Secretaria de Estado de Cultura pela Fundação Anita Mantoano de Artes do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa Wartung Serviços, Conservação e Limpeza LTDA-EPP. OBJETO: Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação, higiene e Copeiragem, compreendendo mão de obra, materiais de Limpeza e higiene, equipamentos e máquinas necessários, para atender ao Lote 3 - Fundação Anita Mantoano de Artes do Estado do Rio de Janeiro VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 02/01/2018. DATA DE ASSINATURA: 28/12/2017. VALOR: R\$ 1.522.713,60 (um milhão, quinhentos e vinte dois mil setecentos e treze reais e sessenta centavos). DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: PT 2016 - FR 100. FUNDAMENTO LEGAL DO ATO: Lei Federal 8.666/93. PROCESSO Nº E-18/00164/2017. Omitido no D.O. de 02/01/2018.

Id: 2088149

EDITAL

Em cumprimento ao Decreto nº 44.013, de 02 de janeiro de 2013, e o disposto na Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, e na Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015 o Senhor Secretário de Estado de Cultura concede a fruição do benefício fiscal em favor dos patrocinadores abaixo:

01	Processo nº	E-18/001/1399/2017
	Projeto:	Rio - Cidade dos Festivais
	Produção:	Nacional
	Proponente:	Associação Franco Cultural
	CPF/CNPJ:	04.670.346/0001-58
	Patrocinador:	Telemar Norte Leste S.A.
	CNPJ:	33.000.118/0001-79
	Valor Total Incentivado:	R\$ 1.200.000,00
	Doação Compulsória Fundo (1/5 do Valor)	R\$ 240.000,00
	Valor Total de Contrapartida:	R\$ 300.000,00
02	Processo nº	E-18/001/59/2018
	Projeto:	Dispersão
	Produção:	Nacional
	Proponente:	General Administração e Serviços Ltda. - ME
	CPF/CNPJ:	04.954.928/0001-66
	Patrocinador:	Telemar Norte Leste S.A.
	CNPJ:	33.000.118/0001-79
	Valor Total Incentivado:	R\$ 400.000,00
	Doação Compulsória Fundo (1/5 do Valor)	R\$ 80.000,00
	Valor Total de Contrapartida:	R\$ 100.000,00
03	Processo nº	E-18/001/96/2018
	Projeto:	Mussum, o Filmes
	Produção:	Nacional
	Proponente:	Camisa Listrada Ltda. - ME
	CPF/CNPJ:	03.987.300/0001-71
	Patrocinador:	Cervejaria Petrópolis S.A.
	CNPJ:	73.410.326/0004-03
	Valor Total Incentivado:	R\$ 480.000,00
	Doação Compulsória Fundo (1/5 do Valor)	R\$ 96.000,00
	Valor Total de Contrapartida:	R\$ 120.000,00
04	Processo nº	E-18/001/138/2018
	Projeto:	Elkões Formação para Gestão Cultural
	Produção:	Nacional
	Proponente:	Instituto Elkões
	CPF/CNPJ:	11.285.430/0001-13
	Patrocinador:	OI Móvel S.A.
	CNPJ:	05.423.963/0133-61
	Valor Total Incentivado:	R\$ 400.000,00
	Doação Compulsória Fundo (1/5 do Valor)	R\$ 80.000,00